

Entidades de Alagoas pedem o impeachment de Suruagy

Geraldo Magela

Maceió - Entidades representativas da sociedade civil alagoana decidiram ontem, em reunião na seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, pedir o impeachment do governador Divaldo Suruagy (PMDB). De acordo com o presidente da OAB-AL, Romany Cansancão, a solicitação será encaminhada à Assembléia Legislativa no início da próxima semana. Para Cansancão, o governador será denunciado por crime de responsabilidade por causa da fraude na emissão de letras do tesouro estadual. O deputado federal Moacir Andrade (PPB) acusa Suruagy de lhe fazer uma proposta indecorosa para assinar a portaria fantasmas usada na emissão.

“Esperamos que os deputados estaduais apreciem o pedido com a maior isenção, para que possamos restabelecer a imagem de Alagoas no cenário nacional”, disse. Além da OAB-AL, assinam a solicitação de impeachment entidades como a CUT, o Clube dos Diretores Lojistas de Maceió, as Lojas Maçônicas do Estado, além de outras entidades sindicais.

Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia, criada quinta-feira, vai apurar as irregularidades no processo de emissão de R\$ 301 milhões em Letras do Tesouro Estadual. Segundo o deputado estadual João Caldas (PMN), responsável pela convocação da CPI, o primeiro a depor na comissão será o deputado Moacir Andrade, que confirmou ser fantasma a Portaria nº 1928A, de novembro de 1988, com assinatura falsificada do ex-presidente Fernando Collor, na época governador de Alagoas. Em entrevista à imprensa Andrade contou ter recebido “uma proposta indecorosa” do governador Suruagy para assinar a portaria fantasma que se-



Suruagy admitiu que era falsa portaria usada para garantir as LTE's

ria usada como base do pedido de emissão.

Confissão - Ontem, após passar toda a semana negando ter conhecimento sobre a legitimidade da portaria - uma das exigências para a negociação das Letras do Tesouro de Alagoas -, Divaldo Suruagy confirmou que a portaria é falsa e enganou o Banco Central e o próprio Senado Federal, que consideraram o documento legítimo ao aprovarem a operação financeira com as LTE's. Suruagy, no entanto, afirmou desconhecer a origem da fraude, jogando novamente toda a responsabilidade sobre a elaboração e obtenção de documentos sobre o Banco Divisa, que

realizou toda a negociação.

Suruagy justificou-se num programa de entrevistas, no qual pediu espaço e tempo para explicar-se à sociedade. Ele voltou a dizer que pediu providências ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado e à Polícia Federal para apurar as irregularidades da operação e punir legalmente os culpados. Disse também que houve um erro de interpretação do deputado federal Moacir Andrade (PPB), que o acusa de ter tentado “conduzi-lo a praticar uma fraude”, ao pedir-lhe que assinasse à portaria necessária sem uma data retroativa para dar legitimidade à operação das LTE's.